



Comissão de Economia e Obras Públicas

SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

Dia: 03 de janeiro de 2012

Hora: 10h00

ENTIDADE: Comissão de Trabalhadores da NAV Portugal, EPE (delegação composta por: Sr. Carlos Felizardo, Coordenador, Pedro Barata, Abel Arcanjo, Cláudia Rino e António José Furtado)

ASSUNTO: NAV Portugal, EPE; uma situação insustentável e lesiva dos interesses de Portugal

Recebido por:

Deputados Nuno Matias (PSD), Pedro Pinto (PSD), Duarte Cordeiro (PS), João Paulo Viegas (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE).

O Senhor Deputado Nuno Matias (PS), coordenador do Grupo de Trabalho, deu as boas-vindas aos representantes da Comissão de Trabalhadores da NAV Portugal, EPE, que passaram a expor os motivos que suscitaram o pedido de audiência.

Na sua intervenção, os representantes da Comissão de Trabalhadores da NAV Portugal, EPE, fizeram uma apresentação em Powerpoint no qual explicavam como funcionava a NAV Portugal, bem como a sua missão de desenvolvimento e prestação de serviços de tráfego aéreo, garantindo a segurança do tráfego aéreo entre a FIR de Lisboa e a FIR de Santa Maria. A NAV Portugal tem cerca de 950 trabalhadores, quatro quintos dos quais são especialistas de várias áreas e carreiras relacionadas com o controlo aéreo. Explanaram também a forma como trabalham e a importância dos acordos internacionais, de onde resultou uma agência denominada Eurocontrol, no seu trabalho. Respondem perante organismos internacionais, no que toca ao cumprimento de requisitos do desempenho da sua atividade. Depois de terem explicado que Portugal é o único país que conseguiu implementar um sistema em que qualquer avião pode, 24 horas por dia, entrar no espaço aéreo português e voar diretamente para o seu destino, consideraram inconcebível a forma como a empresa tem vindo a ser tratado nos últimos tempos.

Esclareceram que a NAV Portugal é regulada económica e operacionalmente segundo normas e padrões internacionais, o que a torna diferente de todas as outras empresas do sector empresarial do Estado. Não é deficitária, não depende do Orçamento do Estado ou quaisquer outras subvenções públicas e ainda contribui para o Estado, porque há a remuneração dos capitais investidos pelo Estado no seu capital estatutário. Em 10 anos, a empresa mais do que duplicou os seus capitais próprios, vem reforçando a sua estrutura financeira e apresenta um



Comissão de Economia e Obras Públicas

valor médio de rendibilidade de capitais próprios de 9%. Trata-se de uma empresa que tem sabido desenvolver e implementar soluções pioneiras na Europa e apresenta uma das maiores produtividades do continente europeu. Para além disso, tem revelado substanciais ganhos de produtividade, tem havido negociação laboral e não tem havido conflitos laborais graves. Tem como receitas próprias as taxas de rota devidas por cada voo efetuado no espaço aéreo português e outras taxas resultantes da sua atividade, reguladas internacionalmente.

Cada prestador de serviços de navegação aérea só pode imputar ao cliente os custos efetivos que teve com a prestação do serviço. Há lucro para o Estado porque os próprios princípios que estabelecem as taxas de rota definem o custo de capital. Assim, o esmagamento de margens internas não vai aumentar os lucros. A fixação do preço é feita com a divisão dos custos previsionais pela estimativa de tráfego feita pelo Eurocontrol, o preço unitário é estabelecido pela divisão dos custos totais pelas unidades de serviço (quantidade de serviço disponibilizado ou produzido). Se a NAV Portugal não tivesse custos, os clientes não pagariam nada para voar no espaço aéreo português. Assim, toda e qualquer redução de custos é repercutida no custo final, implicando uma redução de receitas. Considerando que 85% dos serviços da NAV constituem serviços exportados, porque são para clientes estrangeiros, a redução dos custos acaba por retirar receitas e exportações ao Estado. Com a redução da massa salarial reduzem-se também os rendimentos da empresa. Nem sequer do ponto de vista da competitividade existe qualquer lógica para a contenção de custos na NAV Portugal.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), para agradecer a presença, considerar a exposição claríssima em relação à incompetência dos cortes salariais na NAV, que retiram receitas e exportações ao Estado, e para apoiara as reivindicações da Comissão de Trabalhadores da NAV; Bruno Dias (PCP), para saudar os representantes da Comissão de Trabalhadores, considerar a apresentação clara e eficaz, referir que a situação se mantém desde que o Governo anterior impôs as reduções salariais, reiterar que as estruturas e organizações dos trabalhadores apresentam o seu trabalho em defesa das empresas e do interesse nacional, referir que o seu partido tem acompanhado a situação na empresa, questionar qual tem sido o processo de contacto com o Governo em relação a este problema e se havia novidades em relação ao Conselho de Administração da NAV e à inoperacionalidade de representação da empresa e do país nos organismos internacionais nesta área; Duarte Cordeiro (PS) para agradecer presença, expressar concordância quanto ao carácter irracional das taxas praticadas pelo nosso país nessa área, tão abaixo do nível europeu, questionar sobre a reação da tutela em relação ao primeiro ano da redução das taxas, bem como a reação do INAC, tendo consciência de que é difícil a decisão de exceção nos cortes salariais, questionar se há uma forma alternativa à redução do custo por via da massa salarial, para não se perderem exportações, e questionar se a redução de custos foi feita estritamente pela massa salarial; Pedro Pinto (PSD), para saudar os representantes da Comissão de Trabalhadores da NAV, considerar a situação grave e defender que o tema deve ser mais aprofundado na Comissão e o Governo deve ser questionado sobre a matéria; João Paulo Viegas (CDS-PP), para agradecer a presença, comungar da opinião de necessidade de aprofundamento do tema, questionar sobre



Comissão de Economia e Obras Públicas

a recetividade que houve sobre a exposição que a Comissão de Trabalhadores fez à tutela sobre o assunto e se apresentaram sugestões para que a empresa pudesse ter um tratamento diferenciado em relação às outras do sector empresarial do Estado; e Nuno Matias (PSD), para agradecer a informação que trouxeram à Comissão e questionar sobre contatos anteriores que tenham tido com a tutela.

Os representantes da Comissão de Trabalhadores da NAV Portugal, na resposta, esclareceram que a tanto a Comissão de Trabalhadores como os sindicatos estão num esforço de sensibilização dos decisores políticos há mais de um ano, tendo feito diligências junto da tutela. Os trabalhadores sabem como a empresa funciona e não percebem estas medidas porque é dito que as exportações são um desígnio nacional. Quanto ao investimento, para os custos dos próximos anos, a NAV vai procurar compensar a redução com os investimentos, o que já justificou uma recomendação da Comissão Europeia, em 23 de novembro de 2011, sobre a revisão dos objetivos previstos nos planos de desempenho em aplicação do Regulamento n.º 691/2010, da Comissão Europeia.

Esclareceram também que os cortes não foram feitos só nos vencimentos, deixou também de haver dinheiro para deslocações e Portugal deixou de estar representado em algumas reuniões internacionais, devido à contenção de custos.

Reiteraram que todos os prestadores de serviços de navegação aérea na Europa se regiam pelos mesmos padrões e funcionavam da mesma maneira que a NAV. Só compreendiam a atual situação por os decisores desconhecerem a empresa. Quanto à representatividade da empresa, informaram que só um dos membros do conselho de administração se mantinha em funções.

Informaram ainda que há um conjunto de aeronaves que não pagam os serviços da NAV, que são as do Estado português, mas fazem parte das contas da empresa e nunca a NAV foi ressarcida dos custos que esses serviços representam, apesar de o Ministério das Finanças obrigar a NAV a pagar IRC sobre esse montante não cobrado. Quanto à busca de uma solução para a situação, reconhecem que a decisão de reconhecer a especificidade da empresa tem peso político significativo, e essa é a razão pela qual andam há mais de um ano a sensibilizar os decisores políticos para uma solução e ela ainda não foi encontrada.

A audiência foi gravada apenas parcialmente, por questões de ordem técnica, encontrando-se a gravação disponível na página da Comissão na Internet.

Palácio de São Bento, em 03 de janeiro de 2012

O Coordenador do Grupo de Trabalho

(Nuno Matias)